

SUMÁRIO

1	Fundamentos do Tribunal do Júri e sua Repercussão na Lei 11.689/08.....	19
2	Procedimento Especial do Tribunal do Júri na Lei 11.689/08.....	31
2.1	Os Modelos Existentes.....	31
2.2	Competência	32
2.3	Organização do Tribunal do Júri na Lei 11.689/08.....	34
2.4	Fases do Procedimento do Júri.....	39
2.5	Primeira Fase – <i>Judicium Accusationis</i>	45
2.6	Segunda Fase – <i>Judicium Causae</i>	56
3	As Alterações na Matéria Recursal das Decisões do Tribunal do Júri Produzidas pela Lei 11.689/08	69
3.1	Sistematização do Campo de Estudo	69
3.2	O Recurso de Apelação das decisões do Júri.....	71
3.2.1	Apelação Quando Ocorrer Nulidade Posterior à Pronúncia	72
3.2.2	Apelação Quando For a Sentença do Juiz-Presidente Contrária a Lei Expressa ou a Decisão dos Jurados	73
3.2.3	Apelação Quando Houver Erro ou Injustiça no Tocante à Apli- cação da Pena ou da Medida de Segurança	73
3.2.4	Apelação Quando For a Decisão dos Jurados Manifestamente Contrária a Prova dos Autos: Recurso Exclusivo da Defesa, por Força da Lei 11.689/08.....	74
3.3	O afastamento do Protesto por novo Júri pela Lei 11.689/08	79
3.4	A Nova Roupagem da Matéria Recursal no Júri Após a Lei 11.689/08.....	82
4	A Expressa Previsão da Inquirição Direta do Acusado e das Testemu- nhas pelas Partes no Tribunal do Júri	83
4.1	O Modelo Inquisitório em Geral Adotado Pelo Processo Penal Bra- sileiro Para a Inquirição das Testemunhas do Acusado	83
4.2	O Interrogatório do Acusado	85

4.3	<i>Cross Examination</i> no Júri brasileiro	88
5	Utilização de Recursos Audiovisuais Durante os Julgamentos pelo Tribunal do Júri.....	91
5.1	Definição	91
5.2	Importância da Utilização dos Recursos Audiovisuais no Júri.....	91
5.3	Síntese dos Pontos Favoráveis.....	94
5.4	A Expressão Previsão da Utilização de Recursos Audiovisuais na Lei 11.689/08.....	95
6	Regras Específicas do Tribunal do Júri na Lei 11.689/08.....	99
6.1	A Incomunicabilidade dos Jurados.....	99
6.2	Aspectos da Atuação do Juiz-Presidente	100
6.3	Inaplicabilidade da Argüição de Falso Testemunho no Plenário do Júri ..	102
6.4	A Regulamentação dos Apartes Durante os Debates Plenários.....	106
6.5	Desaforamento.....	110
7	Regras Decorrentes do Sistema Acusatório, Apregoado na Reforma do Código de Processo Penal, Decorrentes da Lei 11.689/08	113
7.1	A Acolhida do Modelo Acusatório no Júri e a sua Repercussão	113
7.2	As Características da Igualdade ou Paridade de Armas como Decor- rência Inevitável do Modelo Acusatório.....	116
7.3	Os Campos de Modificação Imediata para a Implementação da Igual- dade de Armas no Tribunal do Júri, em Consonância com o Sistema da Lei 11.689/08.....	118
8	Inaplicabilidade do Banco dos Réus	123
8.1	O Banco dos Réus na História da Prática Judiciária Brasileira	123
8.2	Inconstitucionalidade na Utilização do Banco dos Réus	125
8.3	A Reforma do Código de Processo Penal e Inaplicabilidade do Banco dos Réus	128
9	Síntese Comparativa das Reformas Produzidas no Júri pela Lei 11.689/08 ..	131
	Referências	135
	Índice Alfabético	139